



Identificação da Empresa

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.) tem a natureza de pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, nos termos do regime jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013¹, de 3 de outubro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

Foi criada em 2010, pelo Decreto-Lei n.º 19/2010², de 22 de março, tendo como missão a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades públicas empresariais (EPE) sejam entidades do sector público administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde.

O Despacho n.º 11013/2016, publicado no DR 2.ª série, n.º 176, de 13 de setembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e da Saúde, determinou o aumento do capital estatutário da SPMS, E. P. E., a subscrever e realizar pelo Estado, em numerário, no montante total de 19.637.140,00 euros, apenas para fazer face à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares em apreço para a empresa. No ano de 2018, verificou-se novo aumento do capital estatutário da SPMS no montante de 623.549,00€, o qual foi autorizado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde, de 8 de junho, e do Orçamento de 18 setembro.

Sede: Avenida da República, n.º 61 –1050-189, Lisboa

Capital estatutário: 26.260.689,00 Euros

NIPC: 509 540 716

Missão

A SPMS, E.P.E. tem por Missão a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades E.P.E.s sejam entidades do Sector Público Administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde.

¹ Alterado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

² Alterado pelos Decretos-lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, n.º 32/2016, de 28 de junho, n.º 69/2017, de 16 de junho e n.º 38/2018, de 11 de junho.



Com vista à concretização deste desiderato e à prossecução plena das suas atribuições, a SPMS, E.P.E. dispõe das seguintes áreas de intervenção:

- **Sistemas e Tecnologias de Informação** – visando a cooperação, a partilha de conhecimentos e informação, e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas dos sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, garantindo a operacionalidade e segurança das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de informação do Ministério da Saúde, e promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde entre si, e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.
- **Compras da Saúde** – visando o desenvolvimento de procedimentos para a celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) ou Acordos Quadro (AQ), para grupos de categorias de bens e serviços, na área da Saúde, estabelecendo as condições de fornecimento de bens e serviços para as instituições do Serviço Nacional de Saúde; a preparação de regras e normas com vista a harmonizar a realização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços previstos na legislação, no que toca especificamente aos serviços e estabelecimentos de saúde; e o acompanhamento e apoio às entidades nos contratos públicos a celebrar na saúde.
- **Compras Transversais** – visando o desenvolvimento de acordos quadro destinados às entidades compradoras para quaisquer tipologias de bens e serviços transversais à área da saúde, incluindo tipologias cuja centralização e utilização não seja obrigatória para as entidades vinculadas, bem como, a preparação de processos de aquisição centralizada para as mesmas; e a promoção de estratégias de compras inovadoras com o objetivo de racionalizar a aquisição de bens e serviços transversais do Ministério da Saúde.
- **Serviços Partilhados** – visando a consolidação de experiência e desenvolvimento de atividade de serviços partilhados nas áreas de Recursos Humanos, Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira e Informática.

Objetivos

No mandato 2017-2019, a SPMS, E.P.E. tem **6 objetivos estratégicos** trabalhando **12 grandes áreas estratégicas de atividade**, em alinhamento com a missão e visão da empresa, a estratégia do Governo e da Tutela da Saúde e com as necessidades das instituições. Estas devem ser reconhecidas por todos os colaboradores da SPMS, E.P.E., na prossecução das respetivas atividades diárias.

Com base na estratégia definida pelo Conselho de Administração para o mandato de 2017-2019, foram identificados os seguintes Objetivos Estratégicos:

Objetivos Estratégicos:

- Consolidar e ampliar os serviços prestados às entidades do setor da Saúde;
- Afirmar o papel da SPMS na gestão do relacionamento do cidadão com o SNS;
- Identificar e desenvolver áreas novas e complementares de serviços SPMS;
- Contribuir para a inovação, a investigação e a internacionalização do setor da Saúde;



- Rever o modelo organizacional e operativo e estimular, otimizar e capacitar os recursos humanos;
- Contribuir para a sustentabilidade financeira do SNS e da SPMS, revendo o seu modelo de financiamento e explorando fontes de receita alternativas.

Áreas Estratégicas:

- Sistemas de Informação no setor da Saúde;
- Compras Públicas no setor da Saúde;
- Cibersegurança e Proteção de Dados no setor da Saúde;
- Comunicação e Relações Públicas no setor da Saúde;
- Marketing e Design no setor da Saúde;
- Serviços Partilhados de Compras e Logística;
- Serviços Partilhados de Recursos Humanos;
- Serviços Partilhados de Assuntos Jurídicos;
- Inovação, APP e Mobilidade;
- Assuntos Jurídicos;
- Apoio Combate à Fraude e Desperdício;
- Centro Nacional de TeleSaúde e SNS 24.

Os Objetivos Estratégicos, Operacionais e respetivas atividades serão orientados para as grandes áreas estratégicas e de acordo com diferentes dimensões:

- **Clientes:** Reconhecimento da SPMS, E.P.E., como a autoridade nas áreas dos Sistemas de Informação da Saúde, das Compras Públicas na Saúde, Gestão de Frota, Segurança de Informação e Cibersegurança na Saúde, no eHealth e no eProcurement, Comunicação e Relações Públicas, Marketing e Design, TeleSaúde e Centro de Contacto do SNS;
- **Financeira:** Otimização dos recursos internos, tornando-os mais eficientes e diversificação das fontes de financiamento de modo a diminuir a dependência dos clientes;
- **Processos Internos:** Consolidar processos, produtos e serviços de modo a atingir um nível de excelência e posterior certificação, e registo de propriedade intelectual. Considera-se, ainda, estratégico, desenvolver a área de investigação e desenvolvimento, cooperando com diversas tipologias de instituições;
- **Pessoas:** Diferenciação dos colaboradores associada a um mapa de competências diversificado, permitindo uma alocação dos recursos humanos mais eficiente e plenamente integrado funcionalmente, mas sem dependências excessivas de prestadores externos;
- **Internacionalização:** Delinear uma estratégia de compra pública centralizada a nível europeu, em alargamento do que aconteceu já com protocolo assinado entre Portugal e Espanha. Passar da participação em projetos tecnológicos patrocinados pela Comissão Europeia para liderança de iniciativas estratégicas no eHealth, visando atingir a liderança na eHealth Network.



Estes Objetivos Estratégicos refletem a organização da SPMS, E.P.E. em duas áreas:

- Área de negócio que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

Políticas da Empresa

A SPMS, E.P.E. beneficia do direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização dos serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação, aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde, nos casos em que estes recorram a uma solução de serviços partilhados para assegurar o exercício daquelas atividades.

Por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde, a utilização dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS, pode ser determinada, com carácter de generalidade, para a totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

A SPMS pode acessoriamente exercer quaisquer outras atividades, complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, que não prejudiquem a prossecução do mesmo.

De igual modo, a SPMS pode também constituir ou participar noutras empresas públicas ou sociedades, mediante autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

Obrigações de Serviço Público

O Serviço Nacional de Saúde, cujo foco é o cidadão e a melhoria de resultados de saúde atingidos de modo mais eficiente e equitativo, prevê a adoção de serviços partilhados na área da saúde com o objetivo de promover a eficácia e eficiência em organizações dos sectores público e privado, permitindo não só elevadas poupanças, criação de sinergias e aumento de produtividade, como também benefícios ao nível da qualidade do serviço prestado e da qualidade e celeridade da informação de gestão produzida.

Nessa perspetiva, a SPMS, E.P.E. foi inicialmente criada, pelo Decreto-Lei n.º 19/2010³, de 22 de março, com atribuições na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeira, de recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do SNS, órgãos e serviços do

³ Alterado pelos Decretos-lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, n.º 32/2016, de 28 de junho, n.º 69/2017, de 16 de junho e n.º 38/2018, de 11 de junho.



Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades específicas da área da saúde.

Por via do Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, foram atribuídas à SPMS competências no domínio dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação, e operada em conformidade a reestruturação da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS). A SPMS passou a ficar, assim, também responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação na área da saúde.

Em fevereiro de 2012, a SPMS foi constituída como a Entidade Coordenadora do Ministério da Saúde para as TIC (GPTIC), conforme previsto na Resolução de Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de fevereiro, o que inclui competências de aprovação e emissão de pareceres prévios à aquisição de bens e serviços TIC (Decreto-Lei nº 107/2012, de 18 de maio), bem como responsabilidade na articulação interministerial. Através da Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro, foram determinadas as categorias de bens e serviços específicos da área da saúde cujos contratos públicos de aprovisionamento (CPA) e, se for o caso, os procedimentos de aquisição, são celebrados e conduzidos pela SPMS, na qualidade de Central de Compras para o sector da saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março.

A Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro, define as categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pela SPMS, na qualidade de Unidade Ministerial de Compras (UMC), nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro e nos n.ºs 8 e 9 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na sua redação atual.

O Despacho n.º 13807/2014, de 13 de novembro, contém as orientações e instruções da tutela para o cumprimento das suas atribuições nas áreas de atuação da SPMS, considerando as competências previstas nos seus estatutos.

As competências e atribuições da SPMS têm sido assim reforçadas através da publicação de vários diplomas, nomeadamente:

- Pela Portaria n.º 227/2014, de 6 de novembro, com alterações pela Portaria n.º 21/2015, de 4 de fevereiro, foi definida a atividade de compras centralizadas específicas da área da saúde que constituem atribuição da SPMS;
- Pelo Despacho n.º 279/2015, de 12 de janeiro, foi atribuída à SPMS e aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, a responsabilidade de criar as condições para proceder ao registo, a pedido dos utentes, para obtenção da Chave Móvel Digital.
- Através do Despacho n.º 2839/2015, 26 de fevereiro, que nomeia os membros da Comissão de Acompanhamento das Compras na Saúde, a SPMS preside esta Comissão.
- O Despacho n.º 7979-P/2015, de 20 de julho, estabelece disposições sobre a uniformização progressiva das ferramentas de prescrição eletrónica médica (PEM), desenvolvida no âmbito da SPMS.



- O Despacho n.º 9788/2015, de 27 de agosto, define as competências e designa os membros da Comissão de Acompanhamento da Receita Sem Papel (CARSP), e determina que a SPMS assegura o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.
- O Despacho n.º 132/2015, de 15 de setembro, relativo ao Relatório Final do Grupo Técnico para a Informação no Sistema de Saúde, no qual são identificadas recomendações para a área das tecnologias de informação e comunicação, reconhece na SPMS a competência e capacidade de dinamizar um conjunto de atividades em âmbitos tão distintos quanto a Segurança, Interoperabilidade, Telemedicina, Mobile Health, Regulação, Governação e Gestão do SI, Registos Clínicos, entre outros.
- O Despacho n.º 1571-B/2016, de 1 de fevereiro – Determina a obrigatoriedade de centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do SNS e órgãos e serviços do Ministério da Saúde, sendo esta assegurada pela SPMS;
- Despacho do Ministro da Saúde n.º 9253/2016, de 20 de julho, cria, na dependência do Ministro da Saúde, a Comissão de Acompanhamento SIMPLEX no Ministério da Saúde;
- A Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que aprovou a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 - ENCPPE 2020, determina que a SPMS integra o grupo de entidades que garantem o acompanhamento e a monitorização da sua execução;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2016, de 17 de outubro, ganhou competências de coordenação, promoção e monitorização da execução da Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 2020 - ENESIS 2020, em articulação com a AMA, no âmbito da atuação estratégica do Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública;
- Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016, de 26 de outubro, foi criado o Centro Nacional de Telessaúde com o intuito de reforçar a estratégia nacional para a promoção da Telemedicina e promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, como parte integrante de processos de reforma dos cuidados de saúde, com vista a alcançar um nível mais elevado de articulação, integração e melhoria da qualidade dos cuidados, em articulação com o Centro de Contacto do SNS, o qual foi integrado na SPMS, entidade a quem cabe coordenar os esforços interorganizacionais no âmbito da Rede Nacional de Telessaúde em articulação com a ACSS, e a DGS, bem como as ARS's;
- A SPMS encontra-se representada na Comissão Externa para o Acompanhamento do Programa Estratégico Nacional de Fracionamento de Plasma Humano 2015-2019, nos termos do Despacho n.º 1081-A/2017, de 27 de janeiro.
- Pelo Despacho n.º 1249/2017, de 03 de fevereiro, a SPMS passou a integrar o Grupo de Trabalho interministerial, com vista a apresentação de propostas concretas de colaboração nas áreas do sangue e do medicamento.
- Pelo Despacho n.º 1348/2017, de 08 de fevereiro, a SPMS passou a desempenhar a função de entidade centralizadora dos incidentes de cibersegurança do SNS e do Ministério da Saúde;



- Pelo Despacho n.º 1858-A/2017, de 03 de março, a SPMS passou a integrar o Grupo de Trabalho que tem como objetivo proceder à análise do atual regime legal em vigor de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência.
- Pelo Despacho n.º 1877/2017, de 06 de março, foi criada a Unidade de Apoio ao Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no SNS, cuja missão consiste na recolha e tratamento dos dados necessários à atividade do Grupo, tendo em consideração o seu âmbito de atuação e o objetivo específico do combate à Fraude, nos termos da lei e em respeito ao regime de proteção de dados pessoais. Compete, assim, à SPMS disponibilizar aos elementos do Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no SNS, os meios informáticos e tecnológicos necessários adequados à realização das análises pretendidas, com vista à prossecução dos seus objetivos.
- Pelo Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março, foi criado o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitorização da implementação da ENCPE 2020 (GAM ENCPE), o qual integra um representante da SPMS.
- Pelo Despacho n.º 3455/2017, de 24 de abril, cabe à SPMS preparar a transição das funções TIC atualmente desempenhadas pelas ARS's para o seu seio, através de uma análise do estado atual e propostas de novos modelos a implementar em 2017-2019.
- O Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho, procedeu à transferência de atribuições relativas ao Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde da Direção-Geral da Saúde para a SPMS. No âmbito desta transferência de atribuições, a SPMS passou a assegurar o funcionamento do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS), bem como do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) que o sucede.
- Face às atribuições e à experiência detida pela SPMS no que diz respeito a sistemas de informação, administração de redes de serviços e gestão de recursos humanos, passou ainda a assegurar o funcionamento do Centro Nacional de Telesaúde (CNTS).
- Pelo Despacho n.º 5865/2017, de 04 de julho, a SPMS é a responsável pela criação dos mecanismos que garantem a redução gradual da frota automóvel e respetiva gestão partilhada, através da implementação de mecanismos internos de partilha e gestão centralizada da frota automóvel de todos os serviços e organismos do Ministério da Saúde e instituições do Serviço Nacional de Saúde.

A SPMS atua, também, subsidiariamente face aos fins e competências prosseguidos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), sucessora das atribuições da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP, EPE) e da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, EPE), articulando-se com aquela.

A SPMS tem obrigação de contratar os bens e serviços de que não disponha e que sejam necessários à prossecução das atribuições estabelecidas, respeitando as regras de contratação pública e de boa gestão aplicáveis às empresas do setor empresarial do Estado.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, foram transferidas da ACSS para a SPMS, as atribuições relativas ao Centro de Controlo de Faturas do Serviço Nacional de Saúde (CCFSNS), passando este a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde. A SPMS



a SPMS tem também por missão assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do Sistema Nacional de Saúde.

Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

Em observância ao disposto no n.º 3 do artigo 4.º dos respetivos Estatutos, a prestação dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS pode ser determinada, com carácter de generalidade, para totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

Outras formas de articulação, previstas nos diplomas já citados, são a celebração de contratos-programa e de acordos-quadro.

O membro do Governo responsável pela área da saúde pode emitir orientações e instruções à SPMS e verificar o seu cumprimento, no âmbito da prestação da sua atividade, quanto aos seus objetivos estratégicos, o orçamento, a programação da atividade económica da empresa e outras decisões de importância análoga.

Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

Constituem receitas da SPMS, E.P.E., de entre outras previstas no artigo 20.º dos seus Estatutos, os proveitos, rendimentos ou valores resultantes do exercício da sua atividade.

Para além do seu capital próprio, a SPMS, E.P.E. é financiada pelos proveitos subjacentes às remunerações das prestações de serviços, de onde se destaca o Contrato-Programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), entidade responsável por prover o SNS com os adequados sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras, recorrendo para o efeito à entidade pública prestadora de serviços partilhados ao SNS, ou seja, à SPMS, E.P.E. O referido Contrato-Programa baseia-se em princípios de gestão criteriosa, qualidade dos serviços prestados e cumprimento de metas a alcançar de acordo com os recursos disponíveis.